

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Correio do Estado

Class.: 180

Data: 28.02.84

Pg.: _____

Terrasul regularizará 1468 limites de municípios

Ate 1986 o Departamento de Terras e Colonização de Mato Grosso do Sul (Terrasul), espera resolver todas as pendências territoriais envolvendo municípios limítrofes, através de um trabalho de redescrição geodésica das localidades em conflito. Segundo o diretor-geral do órgão, Euclides de Faria, há divergências envolvendo os municípios de Guia Lopes da Laguna/Maracaju; Guia Lopes/Ponta Porã; Corumbá/Porto Murtinho; Porto Murtinho/Bonito; Corumbá/Bodoquena; Corumbá/Miranda; Paranaíba/Inocência e Inocência/Cassilândia.

Corumbá é a cidade que maior interesse tem na redefinição dos seus limites territoriais, pois 140 mil hectares do seu território foram incorporados as terras da Reserva Indígena dos kadiwéus. Especialmente nas confrontações leste e norte a delimitação feita pelo Exército, na reserva indígena, extrapolou dos níveis previstos no decreto de sessão de usufruto (sancionado em 1.900 pelo Governo do Estado, ratificado pelo decreto de 9/4/1931).

Este extrapolamento de acordo com o diretor do Terrasul, aumentou em 165.511,04 hectares a área dos kadiwéus, pois sua delimitação real, abrange 373 mil hectares e não os 538 mil que atinge atualmente. Essa diferença são 6.645 hectares de

terras localizadas nos municípios de Bonito e Bodoquena; 140.925 hectares de Corumbá e 12.845 de terras devolutas pertencentes ao Estado.

Euclides de Farias diz que a correção dos limites de todos esses municípios consequentemente dos da Reserva dos kadiwéus eliminará uma série de distorções decorrentes do que considera "êrro na delimitação". A correção fará prevalecer "direito líquido e certo" adquirido por produtores da área, que têm título e escrituração feitas em Corumbá, que tiveram parte das suas terras incorporadas a Reserva.

O próprio Estado está sendo alvo de ações na Justiça Federal, onde alguns destes proprietários estão interpelando o Poder Público, visto terem recebido títulos de posse definitiva das terras que ocupam (expedidos em fins da década de 60) e agora estão sob ameaça de perdê-las. O diretor do Terrasul acredita que só com a participação (inclusive financeira) do Ministério Extraordinário Para Assuntos Fundiários e Ministério do Interior (ao qual está subordinada a Funai) será possível levar avante o processo de regularização dos limites.

Além da tensão social que cria, com perspectiva de confrontação entre os ocupantes das ter-

ras e os indígenas, a persistência deste problema redunda em prejuízos econômicos para as cidades atingidas, pois toda a porção de seus territórios abocanhados pela Reserva, tem seu processo de ocupação econômica retardado, resultando em perdas pela não arrecadação de impostos.

OUTROS CONFLITOS

Um dos problemas de maior relevância, envolvendo conflitos de limites, é entre Paranaíba e Inocência. Por falhas na definição da criação geodésica, quando da criação do Município de Inocência, Paranaíba, com a redefinição de limites, acabou sendo cortado ao meio. Isto criou pendências enormes, pois determinadas propriedades estão parte em Paranaíba em parte em Inocência.

Isto naturalmente dificulta especialmente na questão de para qual Município caberá os tributos recolhidos (especialmente ICM) incidente sobre operações de comercializações agrícolas.